

Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Eldorado do Carajás
Controladoria Geral do Município

PARECER: 63/2022-PMEC

PROCESSO LICITATÓRIO: 6/2022-06

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE

REQUERENTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

OBJETO: "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de Assessoria e consultoria com expertise no assessoramento, planejamento e supervisão técnico administrativo da política educacional, no âmbito Federal, Estadual e Municipal, com vistas ao fortalecimento da Gestão Educacional dentre outros serviços, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Rede Municipal de Ensino de Eldorado do Carajás/PA".

CONTRATADO: NORTE RIOS CONSULTORIA LTDA

CONTRATOS: Nº 20220454

VIGÊNCIA: 29 de julho de 2022 a 29 de julho de 2023

VALOR: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

VOLUME (S): 01 (um).

1

PARECER DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

Trata dos autos de procedimento licitatório na modalidade **INEXIGIBILIDADE**, objetivando a "**Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de Assessoria e consultoria com expertise no assessoramento, planejamento e supervisão técnico administrativo da política educacional, no âmbito Federal, Estadual e Municipal, com vistas ao fortalecimento da Gestão Educacional dentre outros serviços, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Rede Municipal de Ensino de Eldorado do Carajás/PA**", conforme detalhado no Termo de Referência do processo supracitado, com fulcro no Artigo 25, Parágrafo primeiro, Inciso II, c/c Artigo 13, Inciso III da Lei 8.666/93, e demais Legislações em vigor.

É importante ressaltar que a Lei de Licitação em seu Art. 25, II c/c Art. 13, I e III, prevê a possibilidades da inexigibilidade para "contração de serviços técnicos de natureza singular realizado por empresas de notória especialização, conforme se vê abaixo:

Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

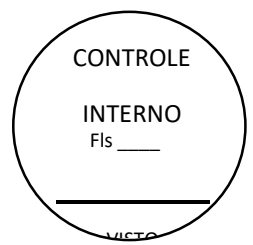
II - Para contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

Art. 13 - Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados, os trabalhos relativos a:

I - estudo técnico, planejamento e projetos básicos ou executivos:

III - assessoria ou consultoria técnica e auditoria financeira ou tributária; Portanto, a administração pública poderá fazer a Contratação, desde que além do interesse público, faça uso da discricionariedade que lhe foi conferida pela lei 8.666/93, a fim de escolher o melhor profissional.

Por conseguinte, a Administração Pública poderá Contratar o melhor Profissional na área jurídica, desde que além do interesse público, faça uso da discricionariedade que lhe foi conferida pela lei 8.666/93.



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Eldorado do Carajás
Controladoria Geral do Município

O Parecer Jurídico exarado pela Assessoria Jurídica do Município de Eldorasdo do Carajás/PA dispõe que o Processo de Inexigibilidade, encontra-se em total conformidade, amparado pelas legislações acima dispostas, e em especial ao Artigo 25, Inciso II, c/c Artigo 13, Inciso III, e cumprindo o rito estabelecido no Artigo 26, no tocante ao objeto, condições e documentações exigidas, a Assessoria Jurídica **OPINOU** pela Contratação da empresa ora em tela com algumas recomendações.

É o relatório,

2

DO CONTROLE INTERNO

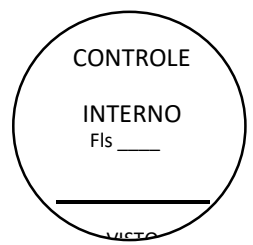
A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 74, e na Lei Complementar 101/2000, estabelece as finalidades do sistema de controle interno, com atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, atribuindo a este, dentre outras competências, a avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores municipais, por intermédio de acompanhamento, levantamento, fiscalização contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial relativos às atividades administrativas do poder executivo, com vistas a **verificar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão dos responsáveis** pela execução orçamentário-financeiro e patrimonial e avaliar seus resultados quanto à economicidade, aplicação das subvenções de receitas, eficiência e eficácia. Tendo em vista que a contratação sub examine, implica a realização de despesa, resta demonstrada a competência do Controle Interno para análise e manifestação.

Em referência ao artigo 74, Parágrafo Primeiro da Constituição Federal, cabe ressalva quanto a responsabilidade solidária do Contralador Interno, tal responsabilidade só ocorrerá em casos de conhecimento da ilegalidade ou irregularidade e dela não informar tais atos ao Tribunal de Contas no qual é vinculado, ferindo assim, sua atribuição de apoiar o Controle Externo.

Importante também destacar que o Controlador Interno não é ordenador de despesas, nem confere "atesto" de recebimento dos materiais/produtos/serviços ora contratados pela Administração Pública. Essa atribuição se restringe ao Gestor/Ordenador de Despesas ou a servidor por ele indicado por meio de instrumento próprio.

DA ANÁLISE DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 6/2022-06

De tal modo, conclui-se, que, após o exame dos itens que compõem a análise do procedimento de Inexigibilidade, tendo como objeto da contratação a **"Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de Assessoria e consultoria com expertise no assessoramento, planejamento e supervisão técnico administrativo da política educacional, no âmbito Federal, Estadual e Municipal, com vistas ao fortalecimento da Gestão Educacional dentre outros serviços, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Rede Municipal de Ensino de Eldorado do Carajás/PA"**. Por tratar-se de serviços técnicos de Profissionais Especializados na Administração Pública Municipal, entendo que preenche todos os requisitos necessários, estando totalmente demonstrada a singularidade dos serviços os quais serão prestados, tanto quanto, a notoriedade de sua especialização, e que o caso em tese, endentemos claramente justificadas as razões expostas.



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Eldorado do Carajás
Controladoria Geral do Município

Nos autos do processo em epígrafe, verificam-se a juntada da solicitação com a justificativa da necessidade da contratação, Termo de Refertência, Proposta, e demais documentos listados no Relatório do Parecer Jurídico Analítico emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Eldorado do Carajás (Folhas 1 e 2 do Parecer Jurídico).

Constata-se que a comissão Permanente de Licitação observou todas as regras e procedimentos previstos na Lei de regência para a realização da despesa prevista no Processo de Inexigibilidade nº 6/2022-06, no valor de **R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)**.

A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Em síntese, na medida que foi juntado aos autos do processo em epígrafe os seguintes documentos: solicitações, despachos, motivação, justificativas, Proposta, documentos de Habilitação, Documentos de Regularidade Fiscal, pesquisa de preços, autorização do Secretário Municipal de Educação, Parecer Jurídico favorável, Declaração de Inexigibilidade, Termo de Ratificação devidamente assinado pelo Secretário da Pasta, Contrato, publicações, Balanço Patrimonial, **OPINO pela Regularidade do Referido Processo, e estando apto a gerar despesas para a municipalidade.**

Declaro, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Eldorado do Carajás/PA, 25 de agosto de 2022.

Alexandre Santos do Couto
Controlador Geral do Município
Portaria Nº 731/2021